



Ranking de corrupção e fraudes ocorridas no Brasil entre 1999 e 2012

Kelly da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

kellysilvaa@outlook.com

Leonardo Flach

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

leoflach@cse.ufsc.br

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar um *ranking* de corrupção e fraudes ocorridas no Brasil entre 1999 e 2012, com base nas reportagens da Revista Istoé publicadas neste período. Recentemente tem sido pauta de diversos noticiários assuntos relacionados com as temáticas fraude e corrupção. Tais temas estão recebendo maior atenção por parte dos cidadãos brasileiros, que passaram a exigir de seus governantes uma prestação de contas de forma transparente, bem como a efetiva utilização dos recursos públicos para atender as necessidades sociais da população. Para alcançar o objetivo proposto, primeiramente são apresentados os conceitos sobre assuntos relacionados ao tema abordado e posteriormente se fará uma análise dos artigos publicados pela Revista Istoé com a finalidade de mostrar a repercussão que tiveram na mídia, o montante de dinheiro público que foram desviados dos cofres públicos e os principais causadores destas malversações. Discutir e estudar sobre essas temáticas pode facilitar para a sociedade a visualização do efetivo destino do dinheiro público. Portanto, este estudo retornará para a sociedade informações relevantes sobre as práticas ilícitas que ocorreram no país durante este período, para que posteriormente possam se precaver e estabelecer novos métodos que contribuam para o controle do destino do dinheiro público.

Palavras-chave: fraude, corrupção, revista IstoÉ.

1. Introdução

Este trabalho tem como temas corrupção e fraude, um problema que atinge entidades públicas, privadas, e terceiro setor. O foco da análise será em casos de corrupção e fraude ocorridos no Brasil, e publicados pela Revista Istoé. Assim, esta pesquisa tem por objetivo apresentar um *ranking* de corrupção e fraudes ocorridas no Brasil entre 1999 e 2012, com base nas reportagens da Revista Istoé publicadas neste período.

Na área pública, nos últimos anos a população passou a ser mais questionadora de seus governantes sobre a efetiva destinação e utilização do dinheiro público, exigindo uma prestação de contas de forma transparente e de mais fácil entendimento.



A participação da população no controle das contas públicas contribuiu em parte para a diminuição dos índices de dispêndios de recursos públicos, fazendo com que estes sejam destinados a atenderem as políticas públicas em áreas que a população mais necessita, tais como: educação, saúde, saneamento básico, medicamentos entre outros.

Na área privada, o controle para prevenção de corrupção e fraudes também ocorre. Acionistas, empregados e os fornecedores são partes interessadas na gestão da empresa, preocupam-se com a continuidade da mesma. Os acionistas têm o intuito de fazer com que seu dinheiro renda mais em uma organização do que em outro tipo de investimento financeiro; os empregados preocupam-se com recebimento de seus salários no final do mês; e os fornecedores cuidam da liquidez da empresa, para que saibam se a empresa tem recursos suficientes para honrar suas dívidas.

Um estopim dessas desconfianças advindas dos acionistas, empregados e fornecedores foi o caso da empresa Enron, que ocasionou uma das maiores crises nos EUA depois da quebra da bolsa em 1929. Os gestores, amparados por uma empresa de auditoria, conseguiram enganar o mercado financeiro com resultados fraudulentos, e os acionistas que não estavam por dentro do esquema assistiram o sumiço do seu patrimônio.

O terceiro setor é composto por entidades sem fins lucrativos e não governamentais que tem a função de gerar benefícios e aumentar a qualidade de vida com a execução de trabalhos comunitários. Na presente pesquisa, tais entidades também foram analisadas, com o propósito de apresentar se existiram ocorrências de fraude e corrupção com o dinheiro doado, tais como o uso indevido de benefícios tributários que a organização de terceiro setor pode usufruir. Há, por exemplo, a notícia divulgada pela Revista Istoé (2005, Ed. 1858) de que um Bispo/Senador usava contas secretas da Igreja Universal para a lavagem de dinheiro em paraísos fiscais.

Neste sentido, pretende-se com esta pesquisa fazer um enquadramento sobre as perdas financeiras com fraudes e corrupção, de modo a mostrar os principais escândalos de fraudes e corrupção, entre 1999 e 2012, no Brasil.

2. Revisão Teórica

Nesta etapa são apresentados alguns conceitos para uma melhor compreensão do estudo realizado, para que posteriormente seja entrelaçada a teoria sobre corrupção e fraude com os dados coletados.

2.1 Corrupção

A corrupção não é um problema só do Brasil ou que ocorre apenas em regiões periféricas. Trata-se de um problema internacional, e que nos últimos anos ganhou mais possibilidades para o seu controle, devido ao maior acesso a informação, incremento tecnológico e revolução digital. Neste sentido, os cidadãos passaram também a exigir um maior controle e transparência na utilização dos recursos públicos.

O controle sobre a corrupção pode ser feito pela sociedade, pelo livre acesso às contas públicas, a possibilidade de conferir, comparar os dados e analisar se os recursos públicos foram utilizados de forma responsável (RAUSCH; SOARES, 2010).



Não há uma única forma de conceituar corrupção e nem um único método para que esta seja delimitada. Segundo os autores Fonseca e Sanchez (2001) a corrupção é como um fenômeno flexível que pode ocorrer de diversas formas serem ocasionada por diversos fatores e em diversos países, o que dispensa ser uma causa cultural.

Rausch e Soares (2010, p. 27), explicam que “a corrupção insere-se em um contexto amplo e o seu combate requer medidas de longo prazo”. Os autores defendem que a corrupção pode ser combatida por meio do controle social e por meio de incentivos aos gestores públicos para a criação de formas de controle na administração pública, visando a aplicação eficiente dos recursos públicos.

Silva, Braga e Laurencel (2009) explicam que a corrupção se desenvolve a partir da utilização de métodos ilegais e imorais no intuito de alcançar determinado benefício. Portanto, a corrupção pode ocorrer em casos como superfaturamento de obras, favorecimento de licitações, bem como em pequenos procedimentos que envolvam propina, sendo os participantes os próprios agentes públicos e/ou administrativos (FONSECA; SANCHEZ, 2001).

Burgoa (2010) entende que a corrupção também pode ocorrer no setor privado, e ocorre quando pessoas deste setor utilizam o método de suborno para que ganhem com facilidade as licitações, o que nos leva à conclusão de que estes dois agentes praticam irregularidades conjuntamente.

Conforme comprovado por um levantamento feito pela Revista Istoé (2011, Ed. 2181) no Tribunal de Contas da União (TCU) tendo como base 161 processos abertos, sobre a manutenção de rodovias nacionais, constatou-se que pelo menos seis deputados e senadores foram padrinhos com obras irregulares, e engordaram suas finanças em épocas de campanhas graças às doações de tais empreiteiras responsáveis pelos projetos. Isto comprova a ocorrência de corrupção entre os agentes públicos e privados.

Glaeser e Golding (*apud* PRAÇA, 2011) complementam que a prática de corrupção é composta por três tópicos. O primeiro é o pagamento acima do valor do salário de um funcionário público. O segundo é o fato de violar as leis explícitas ou normas sociais implícitas associadas ao pagamento feito ao funcionário público. O terceiro é a ocorrência de perdas para a sociedade em decorrência de atos ilícitos.

Assim, conclui-se que não existe uma única forma de conceito para a corrupção e que esta pode ocorrer tanto no setor público quanto no privado. Neste sentido, a transparência e as prestações de contas são importantes para prevenir riscos à administração pública.

2.1 Fraude

A palavra fraude é derivada do latim *fraus* que significa o ato de fazer mal, enganar e quebrar regras (SILVERSTONE; SHEETZ, 2004). O ato de fraudar é motivado pelo desejo de algumas pessoas de terem um alto potencial de poder aquisitivo e quando não conseguem por meio de seus esforços burlam a administração para conseguir suprir seus desejos.

Uma pesquisa da KPMG (2009) buscou explicar o motivo que leva os indivíduos a fraudem e teve-se como justificativa: que a fraude ocorre quando indivíduos desejam ter seu estilo de vida acima da sua capacidade financeira, ou da lacuna entre a remuneração auferida e a



responsabilidade detida pela pessoa, ou a pressão em atender as metas financeiras, ou os complexos de superioridade da pessoa ou sua ganância.

Moura e Silva (2004) destacam que esta roubalheira não se restringe apenas aos países pobres, envolve também os países ricos como Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha. Os autores defendem que a fraude não é um problema apenas da administração pública, e suas pesquisas mostram que as organizações perdem tanto quanto os órgãos públicos, por desvios de dinheiro, sendo os seus próprios executivos e funcionários os causadores deste malefício para a economia.

Segundo Souza e Scarpin (2006, p. 7), um dos principais motivos para que se ocorra a fraude na administração privada consiste em iludir “os usuários da informação contábil com uma situação irreal quanto aos resultados de uma entidade em determinado período ou quanto á sua situação patrimonial”, com o objetivo de atrair mais investidores para a empresa.

Existem vários escândalos sobre a distorção dos resultados por parte de gestores em empresas de grande porte. Alguns exemplos de fraudes podem se observados no Quadro 1.

Quadro 1 – Escândalos sobre fraudes

País	Empresa	Fraude
USA	Enron	Escondeu dívidas e superfaturou vendas com o propósito de criar falsas receitas. No seu último balanço publicado a empresa superestimou o lucro em aproximadamente 600 milhões de dólares e fez com que desaparecesse 650 milhões de dólares. A empresa teve que reajustar seus resultados de 1997 a 2000 diminuindo seu patrimônio em US\$ 1,25 bilhões.
USA	WorldCom	Alterou o resultado, adicionando no balanço 3,8 bilhões de dólares como um direito da empresa, quando na realidade eram despesas.
Itália	Parmalat	Evidenciou 3,95 bilhões de dólares que a empresa alegava estar depositado em um banco na Ilha Caymã, porém esta conta nunca existiu.
Holanda	Royal Ahold	A empresa inflou seus rendimentos em pelo menos US\$ 500 milhões, baseado em conduta da U.S Foodservice uma subsidiária de propriedade da Ahold.
USA	Bristol-Meyers Squibb	A Bristol vendeu seus produtos durante os anos 2000 e 2001 com descontos e preços agressivos que podem ter inflado a receita em até 1 bilhão de dólares.
USA	Merck	Ela manipulou as receitas e os custos numa mesma proporção. Deste modo, o resultado não foi afetado, mas as vendas foram afetadas, e isto influenciou que os investidores acreditassem que a companhia prosperava.



USA	Xerox	A Xerox manipulou a receitas fazendo com que os investidores acreditassem que os rendimentos com aluguel fossem receita com vendas. A empresa confirmou ter registrado US\$ 6,4 bilhões como receitas de vendas, só que US\$ 5,1 bilhões desse montante se referiam ao recebimento de aluguel de equipamentos, serviços, terceirização de documentos e receitas financeiras.
-----	-------	--

Fonte: Adaptado de Souza e Scarpin (2006, p.8) citado por Kraemer (2005) e Gornik-Tomaszewski & McCarthy (2005).

Miranda (2008) destaca que a sonegação fiscal também é considerada uma fraude, devido à reclusão de indivíduos perante o pagamento de impostos. Logo, para alçar esse objetivo escondem e falsificam documentos que possibilitem uma redução de impostos a pagar.

Foi publicada pela Revista Istoé (2005, Ed. 1871) que no Brasil o faturamento não declarado por pessoas jurídicas e físicas pode chegar a mais de R\$ 1 trilhão por ano, segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), em 2004. Conforme o IBPT, esta fortuna é composta pelo não pagamento de tributos atingindo 29% das organizações instalada no Brasil.

De acordo com Oliveira (2009, *apud* BUNCE; SCHARRER, 2002, p. 57) há alguns métodos que podem ser utilizados pelas entidades públicas e privadas para prevenirem a ocorrência de fraudes:

Os controles internos são formas mais eficientes de controlar as fraudes, ficando com 51% (cinquenta e um por cento) das descobertas de fraude nas empresas, sendo seguida por auditoria interna com 34% (trinta e quatro por cento), informações de terceiros com 29% (vinte e nove por cento), informações de funcionários e investigação especial com 22% (vinte e dois por cento), denúncia anônima 13% (treze por cento), coincidência 8% (oito por cento) e auditoria externa com 2% (dois por cento).

Portanto, conclui-se que a fraude pode ser originada tanto em entidades públicas quanto em organizações privadas e que são cometidas por pessoas ambiciosas, desapegadas a normas, com desejos superiores ao seu real poder aquisitivo, bem como oportunidades e ambientes que permitam a ação de fraudar.

2.3 Papel da mídia na difusão do conhecimento e controle de fraudes

A mídia serve como um meio de comunicação, onde circulam as informações, imagens, entre outras formas de conhecimento. Por meio dela consegue-se obter o conhecimento sobre o mundo.

Segundo França (2012), a palavra mídia tem origem latina que significa “meio”, ou seja, meios de comunicação. A partir do século XX, novas invenções permitiam atingir de uma só vez um grande número de pessoas em territórios distantes. A partir do uso de computadores e redes digitais, surgiram novas possibilidades de difusão da informação.

As informações podem circular por meio dos jornais, revistas, TV, rádio e internet, etc. Cada um destes meios capta de uma forma diferente a atenção do leitor (HERNANDES, 2012). O enfoque deste estudo é sobre as informações divulgadas em revista, que capta a atenção do leitor já na primeira página com assuntos relacionados aos temas em evidência. Por exemplo, na época



do “mensalão”, em meados de 2005, a capa da revista certamente trataria sobre o tema (HERNANDES, 2012).

Contudo, a mídia nem sempre retorna para a sociedade só pontos positivos, como a difusão do conhecimento. Conforme Abramo (2005, p. 4) destaca que a opinião de algumas pessoas é demasiadamente influenciada pela mídia:

Se os veículos de informação divulguem casos de corrupção, as pessoas comuns tenderiam a considerar que a corrupção está aumentando – quando muitas vezes, o aumento do noticiário pode significar não isso, mas um melhor funcionamento dos mecanismos de controle.

A mídia tem um papel importante na divulgação do conhecimento, mas que deve ser tratada com cuidado pela população ao deter as informações para que não se tirem conclusões precipitadas. Utilizando esta como um facilitador a vida de todos, trazendo com ela fatores que contribuam com nosso bem estar.

3. Método de pesquisa

Para um melhor entendimento do método utilizado neste estudo, dividiu-se esta parte em dois tópicos: enquadramento metodológico; e método da coleta de dados.

3.1 Enquadramento metodológico

Para realizar uma pesquisa em contabilidade ou em qualquer outra área do conhecimento é preciso percorrer um caminho para atingir o propósito apresentado, auxiliando no desenvolvimento e na estruturação da pesquisa.

Para a definição dos temas corrupção e fraude utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que significa segundo Pádua (2008, p. 55) “colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”. As pesquisas bibliográficas deste trabalho foram realizadas em livros de contabilidade, em artigos e trabalhos acadêmicos que tratam sobre o tema.

Na coleta de dados foi realizada uma pesquisa documental. Segundo Lakatos (2009) pesquisa documental fica restrita a documentos que podem ter ocorrido no momento em que o fato ou fenômeno ocorreu, ou depois.

A pesquisa documental se difere da bibliográfica, pois de acordo com Gil (1996, p. 51):

[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois fez uso de “técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática” (GIL, 2002, p. 34). A abordagem do problema foi realizada de forma qualitativa e quantitativa.

Para Souza, Fialho e Otani (2007), uma pesquisa quantitativa significa o emprego de quantidade no processo de coleta de dados quando na utilização de técnicas estatísticas para o tratamento dos mesmos. Já na abordagem qualitativa o pesquisador tenta entender os fenômenos



do objeto de estudo, para que através disso, possa fazer sua própria interpretação dos acontecimentos, sem enumerar ou medir os eventos (NEVES, 1996).

Outro procedimento adotado na pesquisa se refere ao levantamento de dados, que conforme Silva (2010, p.56) “consiste na coleta de dados referentes a uma dada população com base em uma amostra selecionada, de forma clara e direta, dos quais se objetiva saber o comportamento.” A coleta de dados desta pesquisa foi realizada aplicando o método de pesquisa survey ou pesquisa de levantamento.

Segundo Barbetta (1999), neste método são observadas “diversas características dos elementos de certa população ou amostra, utilizando-se questionários ou entrevistas”. A amostra desta pesquisa consiste em todas as edições publicadas pela Revista Istoé, no período entre 1999 e 2012.

Com base na revisão da literatura, foi elaborado um questionário com questões fechadas e abertas. As questões fechadas receberam tratamento estatístico. Já as questões abertas foram escritas em planilha Excel e analisadas utilizando o procedimento de análise interpretativa.

3.2 Método da coleta de dados

Para a coleta de dados que fundamentam este artigo, foram feitas buscas no site de uma revista de atualidades, a Istoé, que disponibiliza suas edições anteriores de forma gratuita. As pesquisas foram realizadas no período entre 01 de janeiro de 1999 e 31 de dezembro de 2012, foram selecionados 101 artigos com os temas fraude e corrupção.

Deste montante nem todos os artigos apresentaram o valor da fraude ou corrupção e o nome dos fraudadores e corruptos. Portanto para os que não tiveram o nome divulgado, usou-se a nomenclatura: Pessoa Jurídica; e quando não continham o valor da fraude não se utilizou de tal artigo para a computação do *ranking* de corruptos.

O motivo pela escolha da Revista Istoé se deve ao fato de ser uma revista de atualidades e por ter uma grande vinculação nesta área, bem como por não ser uma revista atrelada a nenhum grupo político ou econômico. A revista ganhou, por consequência disto, ao longo dos anos, uma sucessão de furos jornalísticos e o reconhecimento da sua qualidade atuarial, por meio de vários prêmios que foram conquistados por seus profissionais (EDITORA 3, 2013).

Assim a coleta dos dados da pesquisa foi realizada da seguinte maneira:

Tabela 1- Passos para a realização de buscas na Revista Istoé.

Passos	Descrição
1	Acesso ao site: http://www.istoe.com.br/revista/edicoes-anteriores/-1/-1/1 .
2	No campo BUSCA POR EDIÇÕES ANTERIORES.
3	Foram selecionados os meses e os anos desejados.
4	Clicou-se em buscar.
5	Por meio dos resultados obtidos foram selecionados os artigos condizentes com os temas estudados
6	Aqueles artigos selecionados foram acessados e copiados para um arquivo em Word

Fonte: Elaboração Própria.



Após a realização das pesquisas pelas reportagens sobre corrupção e fraudes, utilizou-se o questionário com questões fechadas e abertas, para auxiliar na coleta e análise dos dados.

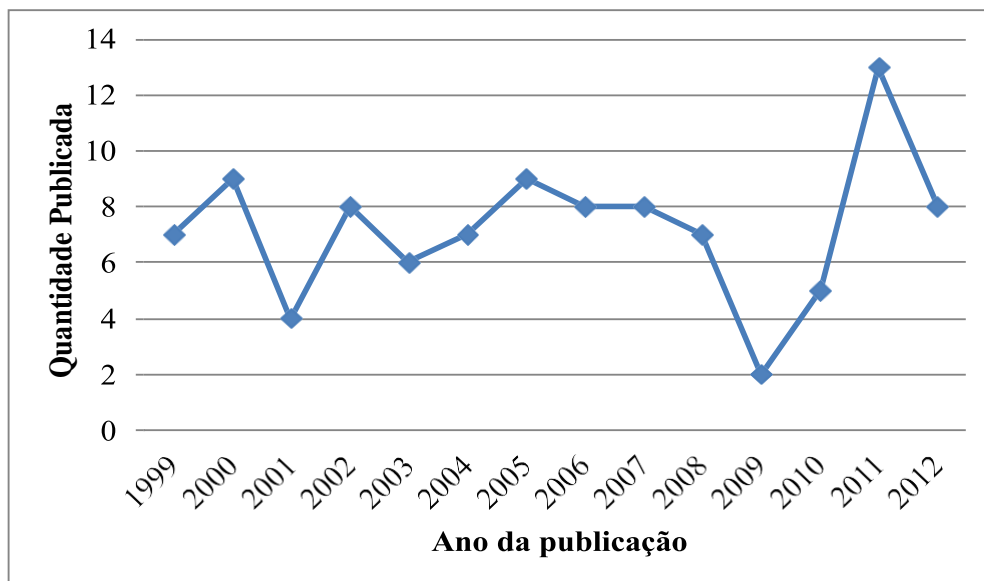
4. Apresentação e análise dos dados

Os resultados desta pesquisa serão apresentados de acordo com os parâmetros adotados no método de pesquisa.

4.1 Publicações sobre corrupção e fraudes na Revista Istoé

Nesta etapa foram elencados os artigos que trataram sobre os temas corrupção e fraude que foram divulgados pela Revista Istoé, no período entre 1º de Janeiro de 1999 e 31 de Dezembro de 2012. Os resultados são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantificação total dos artigos publicados



Fonte: Dados da pesquisa

Constata-se que o ano com menor incidência de publicação de artigos relacionados ao tema foi em 2009, com apenas 2 (dois). O ano de maior incidência de artigos sobre o tema foi 2011, com 13 (treze) artigos. Acredita-se que a justificativa pelo aumento das publicações referente a corrupção e fraude se deve ao controle e denúncias feitas pela população em geral.

Recentemente, novas tecnologias e iniciativas permitiram que o cidadão brasileiro possa exercer o seu papel de acompanhar o destino do dinheiro público, manter participação na política e no controle social. Que se comprova conforme o gráfico acima, que a população esta cada vez mais se preocupando com a destinação dos recursos públicos e esta desenvolvendo o hábito de conhecer o efetivo destino do dinheiro público.

Segundo Abraham (2005), isto contribui para que mais casos de corrupção e fraude se tornem públicos através de denúncias, que podem ser de um empregado insatisfeito, algum oportunista ou até mesmo de um membro da família. O mesmo autor acrescenta que ainda

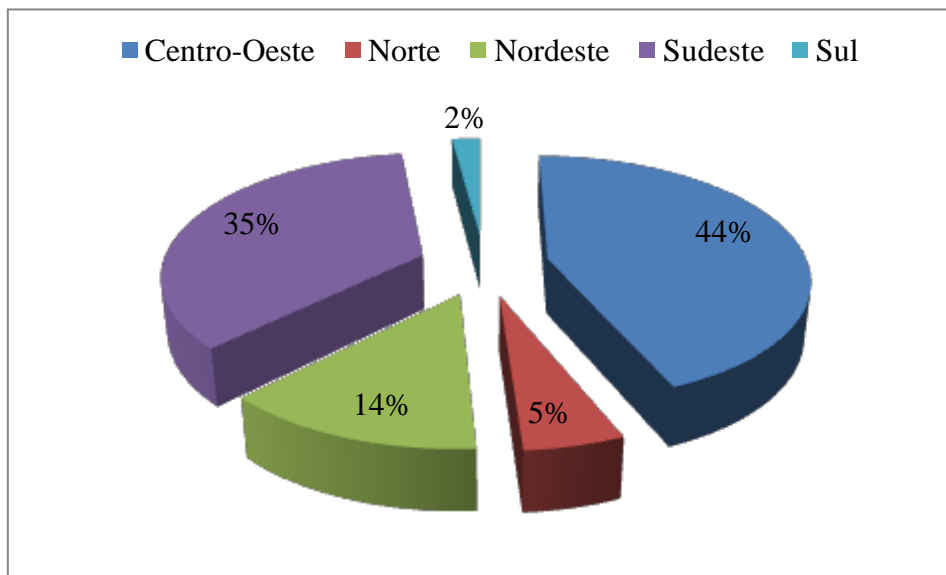


existem empresários que escondem a ocorrência de atos fraudulentos em suas empresas, porque temem o desgaste da imagem da empresa perante aos seus clientes.

4.2 Regiões em que ocorreu a fraude e/ou corrupção

Neste parâmetro são abordadas as regiões do Brasil em que ocorreram as fraudes e/ou corrupção publicadas pela Revista Istoé no período estudado, bem como a frequência em que ocorreram. Os resultados desse aspecto podem ser observados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Regiões do Brasil em que ocorreu a fraude e/ou corrupção



Fonte: Dados da Pesquisa

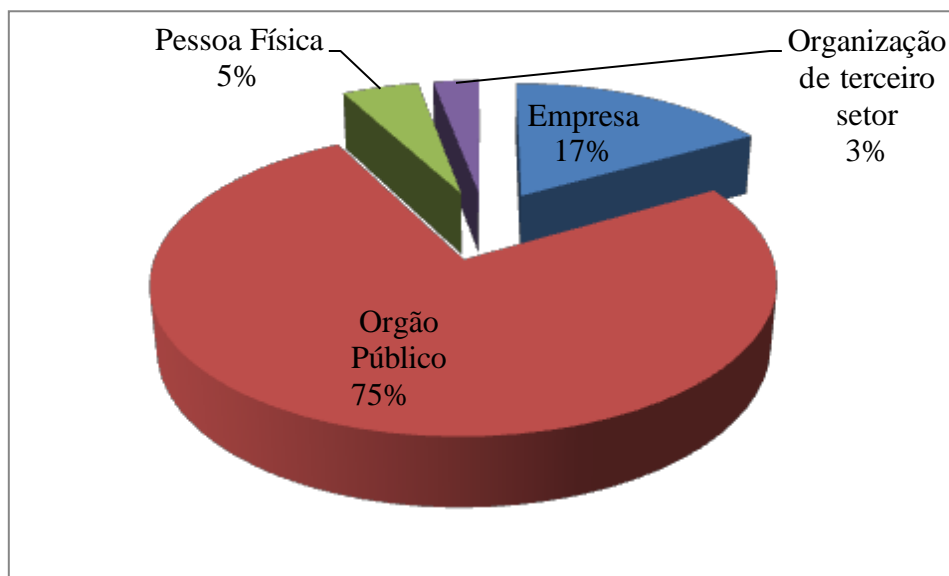
Como se pode observar no Gráfico 2, a frequência da ocorrência de atos ilícitos encontra-se em maior concentração na região Centro-Oeste em seguida da região Sudeste, Nordeste, Norte e Sul. Sabe-se que os estados que compõem a região Centro-Oeste (local com maiores ocorrências) são: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Vale lembrar do fato de Brasília ser a sede do Congresso Nacional, local em que ocorreram os maiores escândalos que abalaram a política brasileira.

4.3 Setores da economia que foram atingidos pela fraude e/ou corrupção

As temáticas corrupção e fraude podem ocorrer em diversos setores da economia, como por exemplo, em organizações do terceiro setor, em empresas, órgãos públicos e etc. Em vista disso, quando ocorrem estas práticas na economia mundial há efeitos negativos para o desenvolvimento dos mercados e da economia. Este fato, por sua vez, impede a concorrência leal, os preços justos, provoca perda de oportunidades de negócios e fere a saúde pública (BURGOA, 2010). Os setores da economia que foram abalados pelos escândalos de corrupção e fraudes, no período pesquisado, são apresentados no Gráfico 3.



Gráfico 3 – Setores da economia abalados pela corrupção e/ou fraude



Fonte: Dados da Pesquisa

Por sua vez, é possível verificar que existe uma maior frequência de ocorrência de atos ilícitos no setor público (75%). Segundo Rausch e Soares (2010, p. 25) “os recursos públicos, sejam financeiros, humanos ou de outra natureza, devem ser utilizados para desenvolver políticas públicas adequadas às necessidades dos cidadãos”. No entanto, como visto no Gráfico 3, estas práticas não estão ocorrendo, e uma maneira de contornar esta situação seria a sociedade manter um controle das finanças públicas.

Algumas providências têm sido tomadas para que este índice de corrupção regreda. Um bom exemplo consiste na criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem o objetivo de “prevenir e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas” (PLATT, 2013). Recentemente ocorreu a derrubada da PEC 37, que limitava as investigações apenas para as polícias Federal e Civil, que por consequência restringe o Ministério Público de atuar nas investigações contra as malversação de usos dos recursos públicos.

4.4 Montantes do valor fraudado

Comparando os montantes fraudados e o valor da multa, de todas as edições da Revista Istoé com reportagens sobre corrupção, verifica-se que um ínfimo valor retornou aos cofres públicos e foi divulgado pela mídia Istoé. A administração pública no período estudado deixou de distribuir R\$ 347.835.017.420,00 (R\$348.619.254.300,00 - R\$784.236.880,00), ou seja, deixou de atender as necessidades sociais.

Na percepção de Alencar e Gico (2011) existe “uma percepção generalizada no Brasil que os servidores públicos identificados em práticas corruptas não são punidos.” Os mesmos autores complementam que um dos motivos desta falta de aplicação de multas deve-se a carência de impunidades alegadas e evidências de casos reais de corrupção para que se possa mensurar e

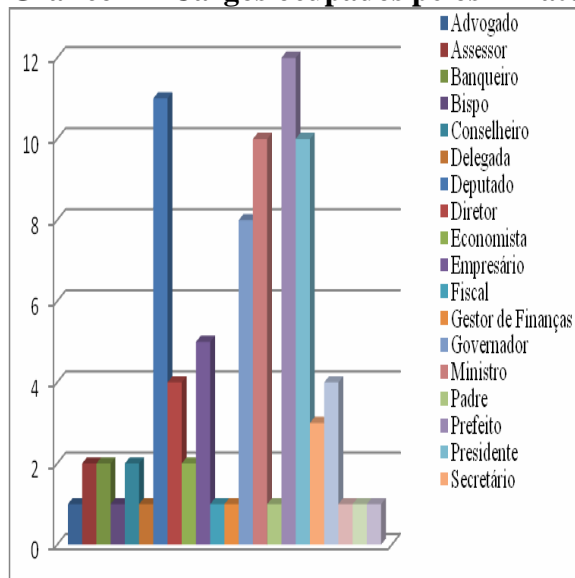


averiguar se tais casos devem ser ou não punidos pelo Judiciário. Os dados apresentados nos Quadros 2 corroboram com os apontamentos de Alencar e Gico (2011).

4.5 Cargos ocupados pelos fraudadores ou corruptos

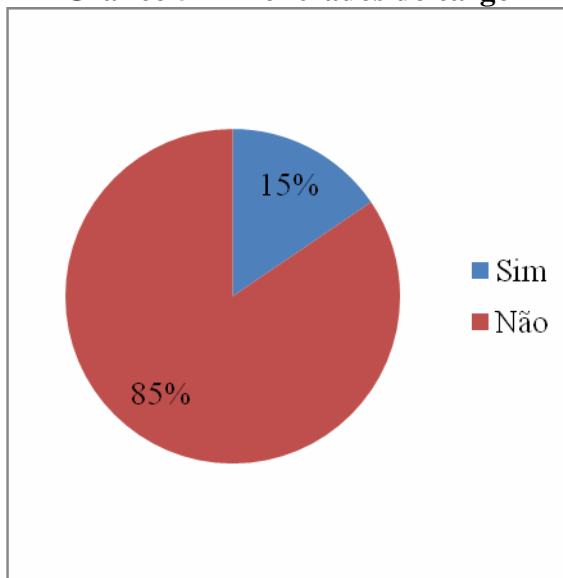
Neste tópico foram analisados os cargos das pessoas públicas que cometeram fraude ou corrupção, bem como será apresentada a quantidade de pessoas públicas que foram exonerados de seus cargos depois de terem cometido uma irregularidade com o dinheiro público. Podendo ser averiguado nos Gráficos 4 e 5.

Gráfico 4 – Cargos ocupados pelos infratores



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 5 – Exonerados do cargo



Fonte: Dados da pesquisa

Podemos constatar a partir do exposto acima que os prefeitos e deputados foram os que mais cometeram atos ilícitos contra o patrimônio público no período estudado e que dentre todos esses cargos apenas 15% foram exonerados depois de terem cometido infrações. Vale ressaltar que esses dados foram retirados dos artigos publicados pela Revista Istoé no período entre 1999 e



2012, portanto a quantidade de pessoas que perderam seus cargos depois de cometer uma infração pode ser maior ou menor.

5. Considerações Finais

No presente estudo objetivou-se analisar as temáticas fraude e corrupção a partir dos artigos publicados pela Revista Istoé, a fim de averiguar tais ocorrências. Os resultados obtidos permitiram a formulação de um *ranking* dos maiores fraudadores no período estudado, bem como mostrar as regiões em que ocorreram tais atos ilícitos e os setores da economia que foram atingidos.

Verificou-se que tais atos ilícitos causam um problema tanto dos países ricos quanto os pobres, e que ocorrem tanto em regiões ricas quanto pobres. E, ao contrário do que costuma-se ver na mídia, a corrupção e a fraude não ocorrem somente na administração pública. Neste estudo foi possível constatar que ela atinge diversos setores da economia: os órgãos públicos, empresas privadas, e organizações de terceiro setor.

O aumento das publicações referente aos temas estudados permitiu que a população tivesse uma maior visualização do efetivo destino do dinheiro público.

Sugere-se, para futuros trabalhos, que seja realizada uma pesquisa em outras revistas brasileiras, buscar dados e revistas de outros países.

Referências

ABRAHAM, Diego Dias. **Uma análise das fraudes contábeis através da leitura dos jornais Gazeta Mercantil e Valor Econômico**. 2005. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ABRAMO, Claudio Weber. **A dificuldade de medir a corrupção**. Novos Estudos – CEBRAP, n. 73, p. 1-5, out./nov.2005.

ALENCAR, Carlos Higino Ribeiro de; GICO, Ivo Jr. **Corrupção e Judiciário: A ineficácia do sistema judicial no combate à corrupção**. Revista Direito GV, São Paulo, n.7, p. 075-098, jan./jun.2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:<
<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>> Acesso em: 30 de maio de 2013.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 3ª. Ed. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1999.283p.

BURGOA, Elena. **A corrupção e a Responsabilidade Social Empresarial**. Anais... II Congresso Internacional de Ciências Jurídico-Empresariais.

EDITORA 3. **Istoé a mais combatida revista semanal de informação e interesse geral do Brasil**. Disponível em: < <http://editora3.terra.com.br/istoe.php>>. Acesso em: 25 de novembro de 2013.

FONSECA, Francisco; SANCHEZ, Oscar. **Controle da corrupção e reforma do estado**. Lua Nova, n. 52. 2001.



FORENSIC. **A fraude no Brasil relatório da pesquisa 2009.** Disponível em: http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/Fraudes_2009_port.pdf Acesso em: 17 de agosto de 2013

FRANÇA, Vera. **O acontecimento e a mídia.** *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques:** o que jornal, revista, tv, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. [2. ed.]. São Paulo, SP: Contexto, 2012. 278 p. ISBN 9788572443432 (broch.)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2009. 315p. ISBN 8522440158

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **A criminalização da sonegação fiscal e das fraudes no Brasil.** R.SJRJ, Rio de Janeiro, n. 22, p. 35-59, 2008.

MOURA, Herval da Silva; SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Auditoria de fraude: Instrumentos na prevenção de fraudes contra as empresas.** Centro de Congressos do Estoril, Lisboa. 2004.

NEVES, J.L. **Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, n° 3, 2º sem./1996.

OLIVEIRA, Anderson de. **Licitações: Fraudes comuns nas aquisições de bens, enquadramento legal e procedimentos preventivos.** 2009. 107 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico- prática. 14. ed. Campinas: Papirus, 2008. 124p. ISBN 8530806077

PLATT NETO, Orion Augusto. **Contabilidade Pública: atualizada e focada.** Livro didático da Disciplina Contabilidade Pública II do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 9. ed. (rev. e atual. - semestre 2013/1). Florianópolis: Edição do autor, 2013.

PRAÇA, Sérgio. **Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988 – 2008.** Campinas, vol. 17, nº 1, p.137-162, dez.2010/mar.2011.

RAUSCH, Rita Buzzi; SOARES, Maurélio. **Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção.** Revista de Educação e Pesquisas em Contabilidade, v.4, n. 3, p. 23-43, set./dez.2010.

REVISTA, Istoé. Edições anteriores. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br/revista/edicoes-anteriores/-1/-1/1>>. Acesso em 30 de maio de 2013.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3ª ed. São Paulo (SP): Atlas, 2010.



SILVA, Aline Moura Costa; BRAGA, Eliane Cortes; LAURENCEL, Luiz da Costa. **A corrupção em uma Abordagem Econômico-Contábil e o Auxílio da Auditoria como Ferramenta de Combate.** Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, UFMG, Belo Horizonte, v.20, n.1, p. 97-117, jan./mar. 2009.

SILVERSTONE, Howard; SCHEETZ, Michael. **Forensic Accounting and Fraud Investigation for Non-Experts.** New Jersey: Wiley, 2004.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC Métodos e Técnicas.** Florianópolis: Visual Books, 2007.

SOUZA, José Carlos; SCARPIN, Jorge Eduardo. **Fraudes Contábeis: As respostas da contabilidade nos Estados Unidos e na Europa.** III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.

Errata - na página 11, foi retirado o Quadro 2 - ranking dos fraudadores citados, porque o quadro apresentava um erro metodológico e de interpretação. Neste caso, o quadro 2 foi retirado do artigo.